

O CLÍTICO E SEUS PADRÕES DE USO: UMA ANÁLISE INDICIAL A PARTIR DE TEXTO ARGUMENTATIVO UTILIZADO EM VESTIBULAR PARA INGRESSO NA LICENCIATURA EM LETRAS DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE

Rudmar Marques de Castro (IFF)
rudmarmarques@hotmail.com

Thiago Soares de Oliveira (IFF)
so.thiago@hotmail.com

RESUMO

Considerando que a colocação pronominal consiste em um componente do ensino da língua materna, ou melhor, da língua portuguesa, é necessário que o educador tenha ciência da relevância do ensino de tal assunto no sentido de possibilitar a promoção e a produção textual dentro da capacidade de dominar e entender amplamente as variedades da língua, para que o aluno possa vislumbrar a autopromoção de seu desenvolvimento e a familiaridade com as diferentes manifestações existentes no português brasileiro. Dessa forma, esta pesquisa, cuja abordagem é primordialmente qualitativa e secundariamente quantitativa, ampara-se metodologicamente na pesquisa bibliográfica e na documental, em razão da fonte de dados a que recorre. Com o intuito de compreender qual o padrão de colocação pronominal utilizado por alunos-vestibulandos em texto de caráter argumentativo no concurso vestibular para o curso de Licenciatura em Letras do Instituto Federal Fluminense, traçaram-se dois objetivos específicos: a) distinguir, após breves considerações históricas sobre os clíticos, os conceitos de norma-padrão e de norma culta, a fim de entender se eventuais “desvios” na primeira seriam, na verdade, uma tendência da norma culta escrita; e b) quantificar as ocorrências dos clíticos de modo a verificar qual padrão de colocação pronominal realmente se apresenta no texto escrito monitorado.

Palavras-chave:

Norma-padrão. Sintaxe. Colocação pronominal. Estudo de padrão de uso.

1. Considerações iniciais

Por muitos anos, a colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos tem sido “problemática” devido à existência de palavras atrativas ilusórias¹ e à consideração de particularidades fonético-sintáticas que levam em conta a fala do brasileiro, e não só a do lusitano. Sabe-se,

¹ Entendem-se como “palavras atrativas ilusórias” os fatores que causam a movimentação do clítico, seja por questões de convenção linguística seja por razões de eufonia.

entretanto, que o clítico pode assumir, via de regra, três² posições em relação ao verbo, são elas: a anteposta, a posposta e a mesoposta.

Visto isso, o presente trabalho tem como escopo compreender, por meio da escrita monitorada de estudantes, o padrão de colocação efetivamente manifestado por eles em texto dissertativo-argumentativo no qual se pressuponha a necessidade de uso da norma-padrão. É sabido que os estudantes têm acesso às regras da sintaxe de colocação estabelecidas pela gramática normativa, a qual, como afirma Mattoso Camara Junior (2005), é inserida nos livros didáticos como forma de fomentar o ensino de língua portuguesa³. Entende-se, porém, que a aplicação de tais normas à modalidade escrita ainda é algo a ser questionado e/ou relativizado.

Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa é compreender qual o padrão de colocação pronominal utilizado por alunos-vestibulandos em texto de caráter argumentativo que, supostamente, deveria ser regido pela norma-padrão da língua portuguesa, considerando que a análise recairá sobre as redações avaliativas para ingresso de alunos no curso de Licenciatura em Letras do IFF, mais especificamente no semestre 2018.1⁴. Mais especificamente, objetiva-se: a) distinguir, após breves considerações históricas sobre os clíticos, os conceitos de norma-padrão e de norma culta, a fim de entender se eventuais “desvios” na primeira seriam, na verdade, uma tendência da norma culta escrita; e b) quantificar as ocorrências dos clíticos de modo a verificar qual padrão de colocação pronominal realmente se apresenta no texto escrito monitorado. Para isso, utilizar-se-ão como *corpora* um agrupamento de documentos acerca de determinada temática, ao conjunto de enunciados

² Além das três formas de colocação citadas, há ainda a apossíncise – intercalação de uma ou mais palavras entre o pronome complemento átono e o verbo –, a qual não se elencou entre as demais por ser considerada arcaica.

³ Considera-se que o ensino de língua portuguesa abarca não apenas o ensino da gramática normativa, mas também aspectos textuais, variacionais, literários, entre outros. O fato de, algumas vezes, a expressão “ensino de português” ocorrer como sinônima de “ensino de gramática normativa” é entendido, aqui, como um “eco” da tradição, nos termos de Oliveira (2018). Dessa forma, a referência ao ensino de língua portuguesa que porventura figure neste texto diz respeito, na verdade, ao ensino de gramática normativa, sendo necessário marcar que a gramática não dá conta, por si só, do ensino da língua materna.

⁴ A presente pesquisa foi iniciada no meado do semestre 2018.1 e, como corpus, só havia as redações deste mesmo semestre, que era o mais recente no que diz respeito às entradas no Instituto por meio dos concursos de vestibular.

em determinada língua, assim como um grupo de enunciados que são possíveis indefinidamente, de acordo com o que registra Fromm (2003). Trata-se de 90 redações resultantes do concurso vestibular para ingresso na Licenciatura em Letras do Instituto Federal Fluminense, no semestre 2018.1.

Na verdade, com a análise a ser realizada, busca-se responder ao seguinte problema: Qual é o padrão geral da colocação pronominal que se apresenta nos textos dissertativo-argumentativos escritos por alunos-vestibulandos que pretendem uma vaga no curso de Licenciatura em Letras, no semestre 2018.1? Acredita-se que, possivelmente, a colocação dos clíticos siga um padrão que não corresponde exatamente aos ditames da norma, o que pode ser indício de uma tendência da norma culta (uso da próclise, por exemplo) representada na escrita. Se essa hipótese for confirmada, poder-se-ia ter um apontamento inicial, de que, mesmo em ambientes de formalidade, ocorre a flexibilização da posição do clítico, fato comum inclusive na oralidade, consoante Bechara (2009).

Metodologicamente, este trabalho, de cunho majoritariamente qualitativo, mas que se vale de algumas quantificações para dar corpo ao fazer analítico, configura-se em uma pesquisa bibliográfica, especialmente no primeiro capítulo, já que é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites, conforme aponta Fonseca (2002).

Além disso, o presente estudo também se ampara metodologicamente, no segundo capítulo, na pesquisa documental, que, apesar de se assemelhar bastante ao tratamento bibliográfico de dados, “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2008, p. 51). Para fins deste trabalho, consideram-se como fontes documentais as 90 redações aplicadas aos candidatos a uma vaga no curso de Licenciatura em Letras no semestre 2018.1, a fim de que seja possível verificar se de fato há contradição entre o que apregoa a norma-padrão e a escrita discente efetiva desse texto dissertativo-argumentativo, utilizado como ambiente monitorado de escrita.

Por fim, ao estudar a língua portuguesa ou pesquisar sobre ela, devem-se fazer ponderações, pois se trata de um exercício reflexivo muito “delicado”. Salienta-se, então, que esta pesquisa não tem a finalidade de esgotar o tema, o qual já foi discutido sob o amparo de

outros pontos de vista⁵; longe disso, tem-se o intuito de refletir sobre o padrão descoberto e analisado, com o propósito de instigar e impulsionar novos pesquisadores a realizarem pesquisas sob outros prismas ou a dar continuidade ao ponto de vista aqui adotado.

2. *O clítico e a norma: algumas reflexões*

2.1. *Breve história do clítico*

De acordo com Martins (2011), entre os séculos XIII e XVI, ocorreu um predomínio praticamente categórico da ênclise à próclise, ao passo que os séculos XVI e XVII foram enfaticamente proclíticos. Outrossim, o século XVIII testemunhou a volta da ênclise, que passou a dominar a produção dos autores que nasceram a partir da segunda metade do referido século, em Portugal.

De acordo com Faraco (2002), o poder social, em associação com a cultura escrita, propiciou o surgimento de um processo unificador, que alcançou as atividades escritas, com a finalidade de promover a estabilização da língua, almejando harmonizar as variações e consolidar as mudanças. Como fator- resultado do referido processo, ocorreu a estabilização da norma-padrão ou língua padrão, de forma que seus aspectos são de elevada complexidade, no âmbito da investigação da língua, evidenciando-se que não é suficiente a investigação de um determinado grupo de expressões linguísticas, de maneira que o fenômeno cultural e social do padrão fosse contido em um impasse apenas referente às estruturas gramaticais e ao vocabulário.

Considerando-se que é possível delinear a norma culta como a forma adequada de escrever e falar, tendo em vista que tal agrupamento de regras encontra-se, de certa forma, fundamentado nos padrões linguísticos considerados “corretos” e praticados pelos indivíduos detentores e elevado nível de escolaridade, tem-se que a norma-padrão não deve ser confundida com a culta, visto que aquela é responsável por suprir as expectativas da variante da língua portuguesa, aspecto respaldado por diversos autores, de maneira que o tratamento da norma

⁵ Os outros pontos de vista referem-se a alguns dos trabalhos elaborados por pesquisadores a partir de perspectivas diversas. Tais estudos podem ser encontrados na plataforma da *SciELO* e no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, sendo que alguns foram apontados anteriormente neste trabalho.

culta como se fosse a norma-padrão trata-se de uma realidade não factível, considerando-se que os cultos não apresentam um domínio, necessariamente, de tal norma (BAGNO, 2012).

Frequentemente, enquanto se estudam conteúdos de língua portuguesa, depara-se com nomenclaturas e classificações cuja compreensão exata pode parecer “sem sentido”. Ocorre que, como todo campo do conhecimento, o estudo da língua, inclusive o voltado para a forma, abriga uma terminologia que “possui uma finalidade socioprofissional e serve prioritariamente para exprimir saberes temáticos” (BOULANGER, 1995, s/p). Por essa razão, por critérios de precisão conceitual e por entender o português como uma língua histórica, entende-se o pronome oblíquo, por breve definição, como uma “subdivisão de caso” do pronome pessoal, que pode ocorrer em função subjetiva ou objetiva, sendo representada por forma tônica ou átona e exercendo função sintática definida a depender do contexto (NUNES, 1969). Eis o que Williams (1986, p. 152) chama de “formas não acentuadas do pronome pessoal”, ou seja, pronome oblíquos átonos:

Essas formas se desenvolveram como proclíticas ou enclíticas ao verbo ou a alguma palavra que levava o acento. Como nunca ocorrem no português arcaico como primeira palavra da oração e raramente como última palavra, elas parecem ter-se desenvolvido mais comumente na posição intertônica, isto é, entre duas sílabas acentuadas, mas não necessariamente adjacentes a uma dessas duas sílabas; uma das duas sílabas podia ser tônica secundária. (WILLIAMS, 1986, 152-3)

Os pronomes, via de regra, subdividem-se de acordo com sua forma e sua função, sendo que o oblíquo se diferencia de acordo com o caso, o qual, por definição, nas línguas onde ocorre essa flexão, é a mudança na forma das palavras com o intuito de indicar uma função sintática dentro de uma frase (ALMEIDA, 1992). Apesar de o português não ser uma língua casual, mas um idioma que marca as funções sintáticas das palavras na oração pela posição que elas ocupam, na língua latina vulgar, que deu origem ao português, a flexão casual era parcialmente plena, como se pode observar nas obras de Touratier (2008), Guisard e Laizé (2001) e Cart *et al.* (2007[1955]), mesmo tendendo ao analitismo, como aponta Williams (1986).

Nesse sentido, o pronome oblíquo que se usa em português é um resquício histórico da flexão casual do latim, que se manteve na evolução do latim ao português.

Os pronomes pessoais usam-se todos como absolutos. Têm singular e plural e formas de nominativo, dativo e acusativo. Alguns (os da 3ª

pessoa) distinguem o gênero. Dividem-se em pronomes da 1ª, fala; o seu plural “nós” significa esta mesma pessoa associada à outra ou outra: eu + tu; eu + ele; eu + vós, etc. “Tu” e “vós” são pronomes da 2ª pessoa; “ele”, “ela”, “eles”, “elas”, são os da 3ª pessoa (RANAURO, 1971, p. 93).

Essa informação pode ajudar a entender melhor a definição de pronome oblíquo: trata-se do pronome pessoal que exerce, na frase em que ele está inserido, uma função sintática completiva ou adjuntiva. Quando sua denominação é completiva, tem-se de que se trata de uma oração com a função sintática de complemento nominal, no período simples, e adjuntiva quando exercer a função sintática de adjunto adnominal ou adjunto adverbial. Muda-se a forma porque também se muda a função sintática, exatamente como aconteciam com os casos em latim. Por isso é que se faz a distinção entre pronomes do caso reto e do caso oblíquo. Enquanto o caso reto se refere àqueles pronomes que podem exercer função subjetiva na frase (eu, tu, ele/ela, nós, vós, eles/elas), o caso oblíquo representa os pronomes que desempenham função de complemento (objeto direto ou objeto indireto) ou de adjunto adverbial. Os pronomes oblíquos podem ainda ser subdivididos em tônicos (mim, comigo, ti, contigo, si, consigo, nós, conosco, vós, convosco) e átonos (me, te, se, o, a, lhe, nos, vos, se, os, as, lhes) (VIEIRA e CORRÊA, 2017).

O português literário moderno conhece duas formas oblíquas que se correspondem respectivamente. Uma não podem ser regidas de preposição e figuram sempre como vocábulos átonos, a saber: me, te, nos, vos, lhe, lhes, o, a, os, as, se; as outras são sempre tônicas e dependentes de preposição: “mim” (outora mi), “ti”, “nós”, “vós”, “ele”, “ela”, “eles”, “elas”, e o reflexivo “se”. (SAID ALI, 1971, p. 94)

É importante observar que alguns pronomes oblíquos podem ter sua forma alterada, recuperando partes de sua forma original em latim, as quais se perderam ao longo da passagem da modalidade vulgar ao português, não aparecendo em outros contextos. É o caso, por exemplo, das ocorrências depois de formas verbais terminadas em -r, -s ou -z, quando as formas de pronome (o, a, os, as) recuperam um “l”; ou quando o verbo termina em consoante nasal, e os pronomes recuperam um “n”, passando a formas como: viram + a = viram-na; receber + a = recebê-la; repõe + os = repõe-nos; fiz + o = fi-lo; fazeis + o = fazei-lo.

Bassetto (2010), ao estudar e detalhar mais as mudanças provenientes dos pronomes, desenvolve quatro quadros⁶ que são

⁶ Cf. Bassetto (2010).

significativos para os estudos aqui desenvolvidos. O primeiro deles mostra os pronomes de 1ª e 2ª pessoas do singular, no latim (ambas as modalidades) e nas diversas línguas e dialetos românicos, como forma de evidenciar as aproximações de forma nos casos nominativo, dativo e acusativo, isto é, nas funções subjetiva, objetiva indireta e objetiva direta, respectivamente e grosso modo. O autor também analisa as mudanças e apropriações dos pronomes de 1ª e 2ª pessoas, mostrando uma visão geral desse conjunto no plural.

Além disso, Basseto (2010) analisa os pronomes de 3ª pessoa, tanto no gênero masculino quanto no feminino e, de análoga maneira, as transformações ocorridas na língua. Vale lembrar que, no latim clássico, os pronomes de terceira pessoa eram facilmente substituídos por demonstrativos, o que já não ocorria no latim vulgar.

O lat., da mesma forma que o Gr., não tinha pronomes pessoais da terceira pessoa, como se viu acima, pela natureza bipolar do diálogo ou da conversa, uma interação entre o falante e o ouvinte. As funções, atualmente atribuídas às formas da terceira pessoa, eram coerentemente exercidas pelos demonstrativos. Já no lat. vulg., porém, por economia ou necessidade estilística, empregava-se o demonstrativo *ille* cada vez com mais frequência. (BASSETTO, 2010, p. 236)

É importante destacar que tais mudanças linguísticas ocorrem, de acordo com Basseto (2010), por diversos fatores, inclusive a diversificação dos falares regionais, por exemplo. Então, foi por meio de redução ou da complementação que os pronomes oblíquos (eminentemente os relativos ao caso acusativo) se modificaram com o tempo. Diante disso, podem-se perceber contrações sofridas em diversas formas pronominais. A língua, por meio de adaptações, modifica-se e atende às demandas que surgem. Na verdade, a redução na flexão dos pronomes, na norma culta, encontra-se associada, essencialmente, à inserção das modalidades “você” e “a gente” no âmbito dos pronomes pessoais, de forma que tal processo enfatizou-se, partindo-se dos anos de 1950, numa flexão de forma simplificada no que concerne à flexão nas formas populares do português brasileiro, o que alude aos séculos iniciais da colonização, sendo oriunda da transmissão linguística de natureza irregular, originária das relações entre as línguas africanas e as indígenas com o português. Dessa maneira, tal processo equipara-se ao ocorrido nas línguas crioulas com base lexical portuguesa no continente africano, no qual “o sistema de flexão de caso dos pronomes pessoais da língua lexificadora foi praticamente eliminado” (LUCCHESI; MENDES, 2009, p. 472).

De acordo com Pereira (1981) e Lobo (1992; 1996) os clíticos pronominais apresentam variações no português brasileiro, sendo considerados tais quais divisores, considerando-se as variedades europeia e brasileira da língua portuguesa. Neste contexto, a pesquisa de Silva (2002), ao apreciar a colocação dos clíticos, constatou que ocorrem variações na posição destes, independentemente de haver vocábulos atrativos apresentados pela gramática tradicional, havendo a predominância da alocação pré-verbal. Dessa forma, segundo Hélio Silva (2002), o posicionamento dos clíticos, considerando-se o verbo, no texto escrito, apresenta variações, sendo pouco perceptível a mesóclise, o que fundamenta esta pesquisa no não foco a esse tipo de colocação pronominal. Tais aspectos relatam modificações sintáticas dos clíticos pronominais, tendo em vista o posicionamento pré-verbal predominante e a redução da alocação pós-verbal, sendo uma consequência da não satisfação às regras da gramática tradicional (SILVA, 2002).

2.2. Norma Culta ou Norma-Padrão?

Não deixando de conceituar dois termos importantes, para os quais deve haver uma distinção, pois eles podem receber tratamento de expressões sinônimas, substituíveis uma pela outra, é verdade que a utilização de “normas” no que diz respeito à linguagem vem de longa data. Como a linguagem se relaciona com a sociedade e a língua é instrumento de prática social (HANKS, 2008), é perceptível que o uso da língua está diretamente relacionado a um uso para diferenciação social.

A cultura escrita, associada ao poder social, desencadeou também, ao longo da história, um processo fortemente unificador (que vai alcançar basicamente as atividades verbais escritas), que visou e visa uma relativa estabilização linguística, buscando neutralizar a variação e controlar a mudança. Ao resultado desse processo, a esta norma estabilizada, costumamos dar o nome de norma-padrão ou língua-padrão. A questão da chamada norma-padrão é certamente das mais complexas no campo das investigações linguísticas. Quando nos embrenhamos em seu estudo, fica logo evidente que não se trata apenas de recortar um conjunto determinado de expressões da língua, como se o fenômeno sociocultural do padrão se resumisse a um problema exclusivamente de vocabulário e estruturas gramaticais. (FARACO, 2002, p. 40-41)

No que diz respeito ao caso brasileiro, inicialmente, precisa-se desmistificar a ideia de homogeneidade da língua portuguesa, tomando-se como ponto de partida a pluralidade da língua que, como diversos outros idiomas vivos, é heterogênea, dinâmica, variável e mutável. Essa

realidade apresentada na sociedade não se difere do cotidiano escolar, uma vez que a escola representa, em uma microescala, o que está difundido na sociedade. Dessa forma, devem-se levar em consideração as diversas variedades linguísticas existentes na língua portuguesa, especialmente ao contexto escolar, como sinal de riqueza linguística e cultural, sempre aproveitando o saber prévio do aluno, ainda que a variedade trazida por ele de seu colóquio cotidiano seja a não formal. De fato, sendo a escola local de formalidade, é lá que o aluno vai ter acesso ao padrão normativo. Isso, no entanto, como bem afirma Oliveira (2015), não pode ser pretexto para uma “fixação pela homogeneidade linguística”, o que se pode comprovar segundo o autor, com a busca por conceitos e juízos de valor em compêndios normativos.

A adoção do entendimento de que uma língua se escora em uma variedade que goza de maior prestígio social do que as outras existentes podem desvelar resquícios de preconceito linguístico, uma vez que considerar a não existência da variação como um fato diverge da percepção das ciências linguísticas modernas. (OLIVEIRA, 2015, p. 52)

Nessa linha de raciocínio, ressalta-se que a língua(gem) (e as diferentes formas como se apresenta) serve como instrumento de diferenciação social e imposição cultural e social, conforme afirma Cunha (2008). Historicamente, é nesse contexto que a norma culta vem como uma forma de separação entre os que dominam e os que são dominados.

Língua padrão é a denominação comum dada a um conjunto de normas linguísticas baseadas no uso consagrado dos chamados bons escritores, privilegiando, portanto, a modalidade escrita. Tais normas partem de uma atitude linguística estabilizadora, indo de encontro ao princípio fundamental da heterogeneidade linguística (FARACO, 2002, p. 40).

Dessa forma, relata-se que, a respeito da norma-padrão do português brasileiro escrito, há uma sinalização às prescrições de natureza gramatical, diversamente do ocorrido no âmbito culto da referida língua, ou seja, nas utilizações escritas e orais efetivas dos indivíduos considerados cultos. Isso significa, desta maneira, que a norma-padrão está contida na gramática normativa, considerada

Como um compêndio de normas que reflete a tradição gramatical de mais de vinte séculos, com as devidas alterações sofridas pelo tempo, ditando primordialmente um padrão de escrita e secundariamente um padrão de fala, uma vez que considera a inferioridade desta em relação àquela, e representando a variedade padrão, considerada modelar para os indivíduos que manejam determinada língua. (OLIVEIRA, 2018, p. 36)

A partir da assertiva de Oliveira (2018), fica evidente que a norma-padrão, concretizada e “agasalhada” pela gramática normativa, pretende dar conta das modalidades oral e escrita, mas em níveis de relevância distintos, por pressupor que a superioridade da escrita em relação à fala. Nesse sentido, é fato que alguns usos inovadores encontrados na modalidade culta oral não são encontrados nas modalidades escrita literária e escrita formal (ARAÚJO, 2008). Isso ocorre porque a norma culta consiste em padrões linguísticos de notável flexibilidade em relação às normas contidas nos compêndios gramaticais, os quais designam a “adequada” utilização de um idioma. Todavia, na predominância de determinadas circunstâncias, tal padrão flexível é empregado por indivíduos inseridos em classes sociais elevadas ou com elevado nível de escolaridade, o que leva à compreensão de que a prática da norma culta demanda de profundo conhecimento da estrutura da língua, ainda não acompanhe a exemplaridade idiomática apregoada pela gramática normativa.

A norma culta é caracterizada por Faraco (2008) como um grupo de eventos linguísticos com ocorrência habitual na utilização de falantes letrados, em circunstâncias nas quais há uma observância mais intensa sobre a escrita e a fala. Compreende-se, dessa maneira, que a norma culta diz respeito ao modo através do qual o falante exerce sua oralidade escrita ou falada em determinadas ocasiões, de forma que, segundo o grupo social no qual os indivíduos encontram-se inseridos, há uma variação da linguagem. E é por isso que pode haver uma confusão terminológica entre “norma culta” e “norma-padrão”. Tendo em vista que o termo “norma” apresenta ou designa o sentido de normalidade, ou seja, o que é tido como normal, e a definição de normatividade, de onde se origina a expressão gramática normativa, é preciso ter em vista que a norma culta apresenta a função de dominar as formas de linguagem acobertadas por valores positivos e vislumbradas como se fossem ideais nas circunstâncias nas quais há um monitoramento da escrita e da fala (FARACO, 2008). Além disso,

 Não se pode esquecer, por exemplo, que o fato de neste país existir um multidialetalismo de diversas ordens (social, geográfica, situacional, histórica) a norma-padrão cumpre um efeito unificador, neutralizando a variação, propiciando uma maior possibilidade de comunicação entre usuários tão diversos de uma mesma língua. Isso não quer dizer que o padrão linguístico, a norma-padrão, deva ser marcado por um artificialismo e tratado como se fosse algo abstrato, distante do existir concreto das línguas (*sic*). (ARAÚJO, 2008, p. 4)

Nesse sentido, é possível observar que há a necessidade de enfatizar a existência de uma norma culta, tendo em vista que esta trata de uma manifestação de uso em determinados âmbitos sociais, sendo empregada em certas ocasiões, especialmente porque, num território multifacetado como o Brasil, a norma-padrão atua como ponto em comum estático e homogeneizador para as diferentes culturas e para as formas de escrever, enquanto a norma culta seria o reflexo da flexibilidade do conhecimento da norma, uma forma bastante individual de manifestação que não considera por completo o padrão normativo, já que a variação e a mutabilidade linguísticas são justamente características que marcam as línguas vivas, como o é o português.

3. Apresentação e análise dos resultados

A análise das 90 redações, que constituem o *corpus* deste trabalho, resultou na identificação de um total de 259 ocorrências gerais de pronomes oblíquos átonos, dos quais 143 (55,21%) estavam posicionados procliticamente e 115 (44,40%) se colocaram encliticamente, havendo ainda uma única ocorrência mesoclítica (0,39%), conforme demonstrado pelo Gráfico 01, que segue:

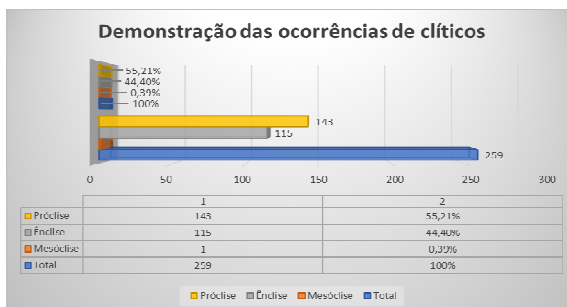


Gráfico 01: Demonstração das ocorrências de clíticos.
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Segundo Biazolli (2009), entre os anos de 1880 e 1900, confirmou-se a transposição da predominância da utilização da ênclise para a próclise, o que pode ser evidência de que amostra representada pelo Gráfico 1 apresenta uma atualização indicial do comportamento do português brasileiro escrito e monitorado dos dias atuais, já que os resulta-

dos estão em consonância com a referida autora. Além disso, considerando-se a suposta aplicação da norma nos textos escritos donde se coletaram os dados, têm-se, dentre as 259 ocorrências gerais, 15 que não seguem a norma-padrão, conforme se vislumbra no Gráfico 02, a seguir:

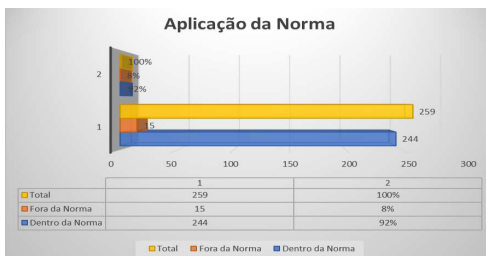


Gráfico 02: Aplicação da norma.
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Foi possível observar, no Gráfico 2, que 8% das ocorrências, o que corresponde a um total de 15 colocações pronominais, manifestaram a ausência da aplicação da norma-padrão, sendo que a maioria, ou seja, 92% do total (244 empregos do clítico átono) estavam de acordo com o padrão normativo. Nesse contexto, parece que não apenas a exigência da escrita de acordo com o padrão influenciou os resultados, mas também o fato de se tratar de momento altamente monitorado, visto que, em se tratando da modalidade escrita visando a uma vaga em universidade, o discente tende a se autocorriger, inclusive rasurando a folha de respostas⁷. Isso provavelmente aponta um processo revisional em que o vestibulando revê, quando possível, o texto escrito. Dessa forma, em relação às amostras, tem-se um resultado que, a princípio, vai de encontro ao pensamento de Britto (1997), segundo o qual,

O ensino de língua, inclusive no que diz respeito à reflexão metalinguística e aos conhecimentos da língua enquanto fenômeno, não se confunde com a apresentação formal de uma teoria gramatical nem se limita ao nível da frase; e, considerando equivocada e ideológica a associação entre norma culta e escrita e a existência de uma modalidade unificadora das variedades faladas do português, não faz sentido insistir que o objetivo da escola é ensinar o chamado português padrão. O papel da escola deve ser o de garantir ao aluno o acesso à escrita e aos discursos que se organizam a partir dela. (BRITTO, 1997, p.18)

⁷ A situação foi verificada no momento da coleta de dados.

A rigor, assim como Britto (1997), entende-se que o acesso à escrita e aos discursos que em torno dela se organizam deve ser de fato garantido ao aluno, acrescentando que a escola tem também a função de respaldar o aluno na aquisição de competências discursivas suficientes para a interação com outros indivíduos e com o ambiente. Isso, no entanto, não parece afetar a capacidade de o aluno se expressar na modalidade escrita monitorada, utilizando o padrão normativo, como se pôde perceber a partir da análise do Gráfico 2. Obviamente, como se trata aqui de uma pesquisa indicial, é bom frisar que a análise de uma amostra ampliada de redações poderia resultar em números distintos dos que foram apresentados. Dessa forma, a fim de que se possa de fato observar a colocação pronominal em relação com padrão normativo nas redações do vestibular, vide o Quadro 1, que categoriza e expõe as 15 ocorrências “fora da norma”, as quais são caracterizadas por próclise:

Item	Redação	Descrição
1	R4	Se evitam também tragédias
2	R5	Criando dessa forma práticas e soluções que ajudassem-no
3	R13	Cada vez mais tem visto-se a falta
4	R15	Os vestígios se resumem em conseqüências territoriais, mortes precoces e a dor psicológica dos que vivenciam-as
5	R17	De seu país, crença e característica se deve humanizar (...) Inferese, por tanto, a necessidade que tem-se (...)
6	R19	(...) Desastres naturais, buscou-se proteger e criar situações, as quais vivenciam-se(...)
7	R26	Catástrofes que não podem-se evitar
8	R34	De modo que faz-os se conscientizarem
9	R36	Um caso tão recorrente que deu-se em
10	R38	Ensinar aos que colocam-se à mudança
11	R43	Um país que não pode-se confiar
12	R44	Necessária para que minimize-se os danos
13	R53	Não vêm-se abrangendo
14	R59	Nunca tem-se como proposta relevante
15	R79	Tem mostrado-se eficaz

Quadro 1: Demonstrativo das ocorrências fora da norma-padrão
Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Nesse contexto, observa-se que as inadequações se encontram associadas aos clíticos, ou seja, conforme constante no Quadro 1, as amos-

tras não representam a utilização da próclise, da ênclise e da mesóclise a partir dos parâmetros da norma-padrão, como se nota, por exemplo, nas orações que se iniciam por oblíquo átono. Contudo, é necessário considerar que tal competência se alinha a circunstâncias intelectuais, culturais e à constituição de habilidades, não sendo “espelho” necessário do não conhecimento da norma-padrão, já que, diante de ambientes monitorados, elementos extralinguísticos podem “interferir” na escrita. E a baixa quantidade de registros fora da norma pode ser um indicativo disso. Dessa maneira, a assertiva de que a escola deve promover o ensino da norma-padrão entra em um impasse no que tange à proposição da necessidade de se renovar o ensino do português, considerando-se os aspectos sociais da atualidade. Mais evidente fica a necessidade de incluir no ensino de língua as abordagens de questões extralinguísticas, considerando que, ao que parece, situações sintáticas de desvio de norma nem sempre são necessariamente o desconhecimento desta.

Por outro lado, com a análise descritiva dos fatores atrativos presentes nas 128 amostras proclíticas (143 amostras de próclise ao todo, menos 15, fora da norma-padrão, caracterizadas por próclise) que estavam de acordo com o padrão normativo, esquematizou-se o Gráfico 3, abaixo:

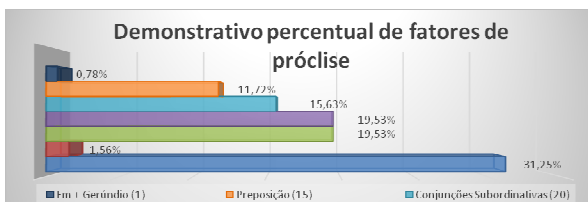


Gráfico 03: Demonstrativo percentual de fatores de próclise.
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Em conformidade com a norma-padrão, segundo Bechara (2015), tem-se que é obrigatória a colocação proclítica do pronome átono nas orações nas quais se encontram advérbios ou locuções adverbiais em posição anterior ao verbo. Com efeito, 31,25% das ocorrências, que representam 40 (quarenta) casos, foram caracterizadas nesse sentido, quase metade do total da amostra. Tendo em vista que a próclise consiste na alocação de pronomes oblíquos átonos antecedendo o verbo, um dos fatores que determina sua ocorrência é a presença de pronomes relativos,

caso que se manifestou em 19,53% das amostras verificadas, em um total de 25 (vinte e cinco) ocorrências.

A próclise também ocorre na presença de pronome indefinido, fator presente em 25 (vinte e cinco) ocorrências. Assim, foi observado o percentual de 19,53% de ocorrências que manifestaram a próclise devido a pronomes indefinidos. Outro fator que marca a ocorrência da próclise é a conjunção subordinativa, que está presente em 20 (vinte) ocasiões nas orações que se encontravam em conformidade com a norma-padrão, o que equivale 15,63%, consoante Gráfico 3. Já a presença de preposição justificou a ocorrência da próclise em 15 orações, em conformidade com a norma-padrão, também de acordo com o Gráfico 3, no qual se observa um percentual representativo de 11,72% das amostras relativas à próclise.

Outro ponto relevante é que a norma-padrão, segundo Bechara (2015), estabelece a presença de próclise quando ocorrer a construção “em + verbo no gerúndio”. Sobre esse caso, observou-se apenas uma ocorrência, o que equivale ao percentual de 0,78% do total, aparecendo em apenas 1 (um) caso. E os termos interrogativos ocorrem em 2 (duas) vezes, configurando 1,56% dos casos analisados.

Considerando-se todas as redações analisadas, pode-se, por fim, realizar a seguinte comparação, constante no Gráfico 4:

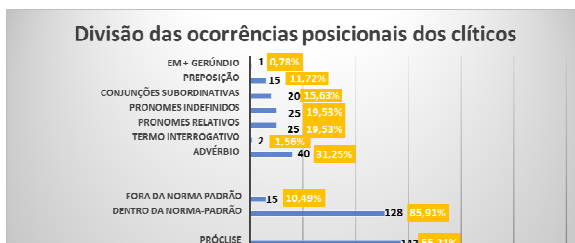


Gráfico 04: Divisão das ocorrências posicionais dos clíticos
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Dessa forma, em um cenário no qual se analisaram 259 (duzentos e cinquenta e nove) ocorrências, sendo 143 (cento e quarenta e três) de próclise, uma ocorrência de mesóclise e 115 (cento e quinze) de ênclise, nota-se que as motivações de próclise são compostas majoritariamente por advérbio (31,25%, o que representa 40 ocorrências) e minoritariamente por “em + Gerúndio” (0,78%, o que representa uma única ocorrência). Separando então apenas as ocorrências próclíticas e

analisando os 128 casos dentro da norma-padrão (equivalente a 85,91% do total), pode-se registrar que há outros casos que “atraem” o pronome oblíquo átono, o que está devidamente representado no Gráfico 4. Assim, ao todo, apenas 15 casos fugiram à norma-padrão, representando apenas 10,19% do total de ocorrências de próclise nas redações analisadas.

4. Considerações finais

Em conformidade com os resultados provenientes da presente pesquisa, observou-se a predominância da ocorrência da próclise na modalidade escrita das redações escolares. Observou-se também que a ocorrência da ênclise se deu de forma limitada, preferencialmente nas orações nas quais não se encontra presente o elemento atrativo. Com isso, o estudo realizado nos leva a entender que, mesmo em ambientes de formalidade, não ocorre a flexibilização da posição do clítico. Na verdade, a norma-padrão é a que predominou nesta pesquisa indicial.

A partir da análise da escrita de textos monitorados e sujeitos à norma-padrão, evidenciou-se, também de forma indicial, que supostamente o emprego dos clíticos foi aprendido e aplicado, sendo que tal assunto está associado ao ambiente escolar formal. Foi possível verificar que, apesar de o educando aplicar a norma-padrão, tal produção textual reporta ao domínio do uso da próclise, sendo este aspecto responsável por suscitar reflexões referentes ao ato de ensinar a língua, a respeito da variação e da norma. Ao que parece, alguns números indicam que, apesar de a gramática normativa prescrever regras relativas à colocação pronominal escrita, estas podem, eventualmente, entrar em conflito com a realidade do uso.

É nesse ponto que o educador, de posse do registro de material escrito que representa a suposta aplicação monitorada da norma, pode apontar que o uso dos clíticos nem sempre representa o cenário disposto na gramática normativa, ainda que isso fosse esperado em situações de forte monitoramento da escrita. Aliás, partiu-se aqui do pressuposto de que os alunos que concorrem a uma vaga em curso superior (especificamente na Licenciatura em Letras do IFF *campus* Campos Centro) foram instruídos de acordo com o padrão normativo no ambiente formal que é a escola. Então, embora o percentual de emprego do clítico em desacordo com padrão tenha sido baixo em comparação com o uso “correto”, como diriam os “prescritores”, encontraram-se indícios (a

amostra foi diminuta) de que o emprego da norma não representa fielmente a realidade do português escrito monitorado.

Posto isso, demonstrou-se, por meio da descrição da ocorrência de elementos linguísticos sintaticamente organizados (ou “desorganizados”), que a utilização de fundamentos científicos (a descrição, no caso) é viável para efeitos de familiarizar o educando com realidades condizentes à utilização real dos pronomes átonos. Na verdade, a partir de um procedimento científico indicial, criou-se um ambiente propício ao aluno no que diz respeito ao entendimento da relação entre o que apregoa a gramática normativa e o uso em situação real.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática latina*: curso único e completo. 24 ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. O embate norma popular/norma culta/norma-padrão: Implicações no trabalho com análise linguística para falantes do português rural afro-brasileiro. In: *III Seminário de Língua Portuguesa e ensino; I Colóquio de Linguística, Discurso e Identidade*. 2008. Ilhéus-BA: UESC, 2008. Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/selipeanais/anais/silvanaaraujo.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2019.

BAGNO, Marcos. *Norma linguística, hibridismo e tradução*. Traduzires, n. 1, p. 19-32, 2012. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10546/1/ARTIGO_NormaLinguisticaHibridismo.pdf. Acesso em: 02 mar. 2019.

BASSETO, Bruno Fregni. *Elementos de Filologia Românica*: História Interna das Línguas Românicas, V. 2. – São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 38. ed. Revista, ampliada e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

BIAZOLLI, C. Caroline. A colocação pronominal à luz das relações entre variação e mudança linguísticas e gêneros textuais. In: *VI Congresso Internacional da ABRALIN*. 2009, João Pessoa. ABRALIN –

40 anos / ANAIS, 2009. p. 651-660. Disponível em: http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ABRALIN_2009/PDF/Caroline%20Carnielli%20Biazolli.pdf. Acesso em: 31 mar. 2019.

BOULANGER, Jean-Claude. Alguns componentes linguísticos no ensino de terminologia. *Ciência da Informação*, v. 24, n. 3, 1995, s/p. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_598010e686_0008843.pdf. Acesso em: 06 nov. 2018.

BRITTO, Luiz Percival Leme. *A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical*. 263f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, SP, 1997. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270819>. Acesso em: 02 mar. 2019.

CAPES – Banco de Teses e Dissertações. Disponível em: www.bancodeteses.capes.gov.br. Acesso em: 15 dez. 2017.

CART, Adrien *et al.* *Grammaire latine*. Paris: Pollina, 2007 [1955].

CUNHA, Clemeson Campos da. *A questão da norma culta e o ensino de língua padrão no curso de Letras*. 2008. 244f. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ALDR-7LTQKU/1149m.pdf?sequence=1>. Acesso em: 19 fev. 2019.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUISARD, Philippe; LAIZÉ, Christelle. *Grammaire nouvelle de la langue latine*. Paris: Bréal, 2001.

FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos. (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Parábola, 2002.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2008.

FONSECA, João José Saraiva. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.

FROMM, Guilherme. O uso de *corpora* na análise linguística. In: *Revista Factus*. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 69-76, 2003. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/guifromm/wp-content/uploads/2014/05/ousodecorporanaproducaolinguistica.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2019.

HANKS, William. *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2008.

LOBO, Tânia. *A colocação dos clíticos em Português: duas sincronias em confronto*. 93f. Dissertação (Mestrado em Linguística Histórica) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1992.

LOBO, Tânia. O problema da colocação dos clíticos: variação estável ou mudança em curso? In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Org.) *Diversidade linguística e ensino*. Salvador: Edufba, 1996.

LUCCHESI, Dante; MENDES, Elisângela Passos. A flexão de caso dos pronomes pessoais. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Orgs.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/209/4/O%20Portugues%20Afro-Brasileiro.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2019.

MARTINS, Ana Maria. Clíticos na história do português à luz do teatro vicentino. In: *Estudos de Linguística Galega*. Portugal, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/html/3056/305626393011/>. Acesso em: 19 fev. 2019.

CAMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2005.

NUNES, José Joaquim. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. 7. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1969.

OLIVEIRA, Thiago Soares de. *As contribuições da linguística e da sociolinguística para a avaliação em língua portuguesa: uma análise das provas do ENEM*. 94f. Dissertação (Mestrado em Cognição e Linguagem) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, RJ. 2015.

OLIVEIRA, Thiago Soares de. *Tradição, gramática e discurso: o posicionamento em compêndios de normas*. 181f. Tese (Doutorado em Cognição e Linguagem) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, RJ. 2018.

PEREIRA, Maria das Graças. *A variação na colocação dos pronomes átonos no português do Rio de Janeiro*. 98f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ. 1981.

RANAURO, Hilma Pereira. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 7. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

SciELO – Scientific Electronic Library Online. Disponível em: <https://www.scielo.org>. Acesso em: 28 mar. 2019

SILVA, Maria da Conceição Hélio. *A variação na posição dos clíticos em relação ao verbo em textos escritos juazeirenses: uma abordagem sociolinguística*. 92f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Departamento de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2002. Disponível em: http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ECLAE_II/a%20varia%C3%A7%C3%A3o%20na%20posi%C3%A7%C3%A3o/principal.htm Acesso em: 19 fev. 2019.

SAID ALI, Manuel. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 7. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

TOURATIER, Chistian. *Grammaire latine: introduction linguistique à la langue latine*. Paris: Armand Colin, 2008.

VIEIRA, Silvia; CORRÊA, Cristina. *Colocação pronominal no Português do Brasil: a contribuição de estudos de percepção auditiva*. Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 52, n. 1, p. 87-96, jan.-mar. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/lh/v52n1/0101-3335-letas-52-01-0087.pdf> Acesso em: 19 fev. 2019.

WILLIAMS, Edwin. *Do latim ao Português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. 4. Ed. Trad. Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.